

Demonstrações Contábeis

Magazine Luiza S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas do
Magazine Luiza S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em 17 de fevereiro de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.10, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos relativos à reclassificação da variação de títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e aos lucros não realizados das transações de intermediação na venda de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg, descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram reclassificados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Revogação dos benefícios da Lei do Bem

Conforme divulgado na nota explicativa 20, a Companhia obteve decisão favorável em sede de tutela antecipada, a qual lhe permite não recolher as contribuições ao PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. Devido a relevância que as contribuições ao PIS e COFINS tem sobre as operações da Companhia e do setor de varejo e complexidade que envolve o entendimento da lei em referência e dos argumentos que sustentam a conclusão de que os benefícios concedidos não poderiam ter sido cessados, esse tema foi considerado com um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de membros seniores de nossa equipe de auditoria, além da inclusão de especialistas em tributos indiretos em nossa equipe para nos ajudar a avaliar técnica e juridicamente os argumentos da Companhia e de seus assessores jurídicos, bem como para testar os cálculos do valor envolvido. Também verificamos a adequação das divulgações da Companhia no que diz respeito ao assunto.

Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 16, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$350.683 mil originado na aquisição de negócios.

Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) destes valores, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de *impairment* como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos ajudar a avaliar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Focamos também na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Waldyr Passetto Junior
Contador CRC-1SP173518/O-8

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	562.728	590.400	599.141	617.465
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	7 e 28	818.984	497.623	818.984	497.623
Contas a receber	8	575.334	430.549	581.001	435.225
Estoques	9	1.587.299	1.343.741	1.596.743	1.353.092
Partes relacionadas	10	66.296	88.140	64.021	86.152
Tributos a recuperar	11	210.657	333.475	212.151	334.344
Outros ativos		47.013	35.531	47.802	36.614
Total do ativo circulante		3.868.311	3.319.459	3.919.843	3.360.515
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	7 e 28	171	46.728	171	46.728
Contas a receber	8	3.570	2.595	3.570	2.595
Tributos a recuperar	11	223.604	177.295	223.604	177.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	241.089	228.602	242.010	229.347
Depósitos judiciais	20	292.187	248.450	292.189	248.450
Outros ativos		49.671	51.977	52.273	54.291
Investimentos em controladas	13	67.022	56.905	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	14	293.830	297.469	293.830	297.469
Imobilizado	15	559.320	577.811	560.067	578.571
Intangível	16	469.724	463.726	513.049	506.720
Total do ativo não circulante		2.200.188	2.151.558	2.180.763	2.141.466
Total do ativo		6.068.499	5.471.017	6.100.606	5.501.981

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	17	2.353.473	1.885.251	2.364.959	1.894.157
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	18	837.878	568.220	838.016	568.350
Salários, férias e encargos sociais		184.789	150.419	188.390	153.903
Tributos a recolher		38.613	29.497	40.132	30.605
Partes relacionadas	10	72.923	68.787	72.955	68.404
Receita diferida	19	40.318	41.399	40.318	41.399
Dividendos a pagar		12.335	-	12.335	-
Outras contas a pagar		111.615	116.038	115.321	117.964
Total do passivo circulante		3.651.944	2.859.611	3.672.426	2.874.782
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	18	1.010.760	1.254.830	1.010.760	1.254.960
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	275.054	230.010	284.126	243.412
Receita diferida	19	509.155	550.910	509.155	550.910
Outras contas a pagar		-	-	2.553	2.261
Total do passivo não circulante		1.794.969	2.035.750	1.806.594	2.051.543
Total do passivo		5.446.913	4.895.361	5.479.020	4.926.325
Patrimônio líquido					
Capital social	21	606.505	606.505	606.505	606.505
Reserva de capital		19.030	14.567	19.030	14.567
Ações em tesouraria		(28.729)	(9.574)	(28.729)	(9.574)
Reserva legal		20.471	16.143	20.471	16.143
Reserva de lucros		3.107	-	3.107	-
Prejuízos acumulados		-	(50.357)	-	(50.357)
Outros resultados abrangentes		1.202	(1.628)	1.202	(1.628)
Total do patrimônio líquido		621.586	575.656	621.586	575.656
Patrimônio líquido		6.068.499	5.471.017	6.100.606	5.501.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas	22	9.371.169	8.872.845	9.508.745	8.978.259
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	23	(6.538.942)	(6.369.372)	(6.586.130)	(6.399.630)
Lucro bruto		2.832.227	2.503.473	2.922.615	2.578.629
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(1.761.438)	(1.711.504)	(1.776.258)	(1.720.799)
Gerais e administrativas	24	(452.735)	(431.100)	(481.933)	(458.479)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(25.987)	(30.462)	(26.074)	(30.462)
Depreciação e amortização	15 e 16	(132.941)	(125.333)	(133.612)	(125.801)
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 14	73.266	88.948	62.702	75.605
Outras receitas operacionais, líquidas	24 e 25	9.740	15.187	13.505	20.233
		(2.290.095)	(2.194.264)	(2.341.670)	(2.239.703)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		542.132	309.209	580.945	338.926
Receitas financeiras		150.706	155.359	116.655	130.297
Despesas financeiras		(618.760)	(615.264)	(620.504)	(616.352)
Resultado financeiro	26	(468.054)	(459.905)	(503.849)	(486.055)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		74.078	(150.696)	77.096	(147.129)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	12.487	85.091	9.469	81.524
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		86.565	(65.605)	86.565	(65.605)
Lucro (prejuízo) atribuível a:					
Proprietários da controladora		86.565	(65.605)	86.565	(65.605)
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico e diluído (reais por ação)	21	3,98	(2,94)	3,98	(2,94)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>86.565</u>	<u>(65.605)</u>
Ativos financeiros disponíveis para a venda, adivindos de investimento			
Ativos financeiros disponíveis para a venda		5.145	(856)
Efeito fiscal		<u>(2.315)</u>	<u>490</u>
Total	14	<u>2.830</u>	<u>(366)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>89.395</u>	<u>(65.971)</u>
Atribuível a:			
Acionistas controladores:		<u>89.395</u>	<u>(65.971)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (reapresentado)		606.505	10.103	(20.195)	16.143	56.617	-	(1.262)	667.911
Plano de opção de compra de ações		-	4.464	-	-	-	-	-	4.464
Ações em tesouraria		-	-	(15.582)	-	-	-	-	(15.582)
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	26.203	-	(26.203)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2014		-	-	-	-	(15.166)	-	-	(15.166)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(65.605)	-	(65.605)
Transferência para absorção de reserva de lucros		-	-	-	-	(15.248)	15.248	-	-
		606.505	14.567	(9.574)	16.143	-	(50.357)	(1.262)	576.022
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes instrumentos financeiros	14	-	-	-	-	-	-	(366)	(366)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)		606.505	14.567	(9.574)	16.143	-	(50.357)	(1.628)	575.656
Plano de opção de compra de ações		-	4.463	-	-	-	-	-	4.463
Ações em tesouraria		-	-	(35.593)	-	-	-	-	(35.593)
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	16.438	-	(16.438)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	86.565	-	86.565
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	4.328	-	(4.328)	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(12.335)	-	(12.335)
Reservas de lucros		-	-	-	-	19.545	(19.545)	-	-
		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	(1.628)	618.756
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes instrumentos financeiros	14	-	-	-	-	-	-	2.830	2.830
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	1.202	621.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		86.565	(65.605)	86.565	(65.605)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos nos resultados	12	(12.487)	(85.091)	(9.469)	(81.524)
Depreciação e amortização	15 e 16	132.941	125.333	133.612	125.801
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		254.466	252.910	254.514	252.958
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(38.610)	(28.361)	(38.610)	(28.361)
Equivalência patrimonial	13 e 14	(73.266)	(88.948)	(62.702)	(75.605)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		98.489	137.072	99.209	137.072
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	62.949	(860)	59.111	(6.920)
Perda na alienação, líquido de baixa do ativo imobilizado	25	476	710	476	710
Apropriação da receita diferida	25	(40.646)	(47.749)	(40.646)	(47.749)
Despesas com plano de opções de compra de ações		4.463	4.464	4.463	4.464
Outros	12	-	1.925	-	1.925
Lucro líquido do exercício ajustado		475.340	205.800	486.523	217.166
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(188.960)	116.196	(190.038)	113.211
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		(350.290)	62.991	(350.290)	62.991
Estoques		(298.847)	57.005	(299.573)	54.839
Partes relacionadas		5.338	6.906	5.409	6.988
Tributos a recuperar		76.509	(109.088)	76.104	(109.567)
Outros ativos		(50.478)	(24.632)	(50.474)	(24.040)
Varição nos ativos operacionais		(806.728)	109.378	(808.862)	104.422
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		468.222	100.349	470.802	104.259
Salários, férias e encargos sociais		34.370	(14.320)	34.487	(13.520)
Tributos a recolher		9.116	(21.015)	8.843	(21.239)
Partes relacionadas		4.136	(11.738)	4.551	(11.901)
Outras contas a pagar		1.665	15.838	3.245	15.261
Varição nos passivos operacionais		517.509	69.114	521.928	72.860
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.730)	(2.556)
Recebimento de dividendos de controladas		72.123	70.898	70.892	70.898
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		258.244	455.190	267.751	462.790
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	15	(77.062)	(98.259)	(77.302)	(98.472)
Aquisição de ativo intangível	16	(46.297)	(58.585)	(47.046)	(59.134)
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração		-	288.000	-	288.000
Pagamento de renegociação de contrato de exclusividade		(11.182)	-	(11.182)	-
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto		(1.000)	(60.000)	-	(60.000)
Investimento em controlada		-	(9.545)	-	(9.545)
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de investimento		(135.541)	61.611	(135.530)	60.849
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		578.540	690.809	578.540	690.809
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(477.188)	(738.264)	(477.325)	(738.396)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(216.134)	(221.642)	(216.167)	(221.690)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		-	(33.484)	-	(33.484)
Ações em tesouraria, adquiridas		(35.593)	(15.583)	(35.593)	(15.583)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(150.375)	(318.164)	(150.545)	(318.344)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(27.672)	198.637	(18.324)	205.295
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		590.400	391.763	617.465	412.170
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		562.728	590.400	599.141	617.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	10.735.506	9.910.096	10.885.587	10.022.062
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(25.987)	(30.462)	(26.074)	(30.462)
Outras receitas operacionais	44.557	93.702	48.324	98.767
	10.754.076	9.973.336	10.907.837	10.090.367
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(7.138.511)	(6.941.230)	(7.185.406)	(6.971.641)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(902.118)	(997.223)	(928.413)	(1.017.285)
Perda e recuperação de valores ativos	(55.289)	(59.107)	(55.740)	(59.107)
	(8.095.918)	(7.997.560)	(8.169.559)	(8.048.033)
Valor adicionado bruto	2.658.158	1.975.776	2.738.278	2.042.334
Depreciação e amortização	(132.941)	(125.333)	(133.612)	(125.801)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.525.217	1.850.443	2.604.666	1.916.533
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	73.266	88.948	62.702	75.605
Receitas financeiras	150.706	155.359	116.655	130.297
Valor adicionado total a distribuir	2.749.189	2.094.750	2.784.023	2.122.435
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	705.982	716.681	718.272	728.383
Benefícios	149.031	128.979	150.447	130.276
FGTS	71.732	71.180	72.843	72.132
	926.745	916.840	941.562	930.791
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	146.244	41.220	154.977	50.036
Estaduais	625.664	265.032	633.239	267.049
Municipais	37.880	37.366	39.484	38.798
	809.788	343.618	827.700	355.883
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	581.024	537.271	582.440	538.134
Aluguéis	313.958	287.954	314.486	288.407
Outras	31.109	74.672	31.270	74.825
	926.091	899.897	928.196	901.366
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos	12.335	-	12.335	-
Lucro (Prejuízo) retidos	74.230	(65.605)	74.230	(65.605)
	2.749.189	2.094.750	2.784.023	2.122.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam 800 lojas (786 lojas em 2015) e 9 centros de distribuição (9 centros de distribuição em 2015) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Grupo” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 30 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como quantidade de lojas e de centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - % 2016 e 2015
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa n° 7.

O processo de consolidação das contas nas respectivas demonstrações contábeis, complementado pelos seguintes ajustes de eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional do Grupo é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

3.1. Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade pela qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo e tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros são classificados nesta categoria.

Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria.

Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("impairment")

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros do Grupo foram classificados no reconhecimento inicial como:

Outros passivos financeiros - inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos na gestão dos seus riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período.

3.4. Alocação dos saldos de ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.5. Investimento em controladas em conjunto (joint ventures)

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Investimento em controladas em conjunto (joint ventures)--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2016 e 2015.

3.6. Ajustes a valor presente

Atividades de varejo

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", também pela fruição de prazo.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.9. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.10 Reapresentação de informações anteriormente apresentadas com substituição das demonstrações contábeis anteriormente divulgadas

Algumas informações das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro (IAS 8).

Os valores correspondentes das demonstrações de fluxos de caixa individuais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão sendo reapresentados em decorrência da reclassificação das operações de aplicação e resgate em fundos de investimentos exclusivos, classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação, originalmente apresentados nos fluxos de caixa das atividades de investimentos para os fluxos de caixa das atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais da Companhia, no montante de R\$350.290 no exercício de 2016 e de R\$62.991 no exercício de 2015, ficando, assim, a apresentação consistente com as demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e em linha com a essência da transação para a Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Reapresentação de informações anteriormente apresentadas com substituição das demonstrações contábeis anteriormente divulgadas--Continuação

Os valores correspondentes nos balanços patrimoniais, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e nas notas explicativas n° 14 (Investimento em controladas em conjunto), n° 21 (Patrimônio líquido) e n° 27 (Informação por segmento de negócios) estão sendo reapresentados em função da eliminação dos lucros não realizados nas transações de intermediação da venda de seguros de garantia estendida entre a Companhia e sua controlada em conjunto Luizaseg. A Administração concluiu que as receitas e respectivos lucros oriundos dessa transação devem ser apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência das apólices vendidas, como efetuado pela controlada, e não quando o serviço é prestado pela controladora.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis:

i) Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2015	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Investimentos em controlada em conjunto	384.025	(86.556)	297.469	384.025	(86.556)	297.469
Total de ativos	5.557.573	(86.556)	5.471.017	5.557.573	(86.556)	5.471.017
Total de passivos	4.895.361	-	4.895.361	4.926.325	-	4.926.325
Reserva de lucros	36.199	(36.199)	-	36.199	(36.199)	-
Prejuízo acumulado	-	(50.357)	(50.357)	-	(50.357)	(50.357)
Total de patrimônio líquido	662.212	(86.556)	575.656	662.212	(86.556)	575.656

31 de dezembro de 2016	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Investimentos em controlada em conjunto	380.386	(86.556)	293.830	380.386	(86.556)	293.830
Total de ativos	6.155.055	(86.556)	6.068.499	6.187.162	(86.556)	6.100.606
Total de passivos	5.446.913	-	5.446.913	5.479.020	-	5.479.020
Reserva de lucros	89.663	(86.556)	3.107	89.663	(86.556)	3.107
Total de patrimônio líquido	708.142	(86.556)	621.586	708.142	(86.556)	621.586

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Reapresentação de informações anteriormente apresentadas com substituição das demonstrações contábeis anteriormente divulgadas--Continuação

ii) Demonstrações do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2015	Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	392.199	62.991	455.190
Fluxo de caixa originado das atividades de investimento	124.602	(62.991)	61.611
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento	(318.164)	-	(318.164)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	198.637	-	198.637

31 de dezembro de 2016	Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	608.534	(350.290)	258.244
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de investimento	(485.831)	350.290	(135.541)
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento	(150.375)	-	(150.375)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(27.672)	-	(27.672)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas-- Continuação

b) Vida útil de ativos de longa duração

O Grupo reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos não financeiros

A cada encerramento de exercício, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (o maior valor entre o valor em uso e o valor justo, reduzido dos custos de venda). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo e de seu valor de mercado, se necessário.

d) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centros de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

e) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também é ponderada a relação de itens tidos como obsoletos e ainda a realização de mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas-- Continuação

g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

5. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia já efetua estudos para mensurar os possíveis impactos da norma.
IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (vigência a partir de 01/01/2019)	Unificação do tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro. A Companhia acredita que a implementação dessa nova norma terá impactos substanciais nas suas demonstrações contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa		36.063	31.646	36.069	31.651
Bancos		37.933	30.857	41.039	31.500
	De 70,0% a				
Certificados de depósitos bancários	105% CDI	488.084	527.316	499.493	542.893
Fundos de investimentos não exclusivos	102,0% CDI	648	581	22.540	11.421
Total de caixa e equivalentes de caixa		562.728	590.400	599.141	617.465

7. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Títulos e valores mobiliários			
Fundo de investimento não exclusivo	98% CDI	10.069	6.319
Fundo de investimento exclusivo:	(a)		
Debêntures		773	1.375
Títulos públicos federais e operações compromissadas		789.366	387.394
Depósitos a prazo e outros títulos		5.041	21.261
	Nota 10.a	795.180	410.030
Total de títulos e valores mobiliários		805.249	416.349
Outros ativos financeiros - registrados ao valor justo por meio do resultado			
Swap a receber - Hedge de valor justo	(b)	13.906	128.002
Total de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		819.155	544.351
Circulante		818.984	497.623
Não circulante		171	46.728

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

7. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros--Continuação

(a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2016, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação da taxa mensal do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

(b) Contabilização de *hedge* de valor justo, conforme detalhado na Nota 28.

8. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 4-f).

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	272.502	155.017	276.206	158.749
Cartões de débito (a)	11.474	8.061	11.474	8.061
Crediário próprio (b)	118.171	106.252	118.226	106.305
Contratos de garantia complementar e outros seguros (c)	60.155	104.274	60.155	104.274
Total de contas a receber de clientes	462.302	373.604	466.061	377.389
Provenientes de acordos comerciais (d)	170.010	126.974	171.984	127.904
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.535)	(46.640)	(29.535)	(46.640)
Ajuste a valor presente	(23.873)	(20.794)	(23.939)	(20.833)
Total de contas a receber	578.904	433.144	584.571	437.820
Circulante	575.334	430.549	581.001	435.225
Não circulante	3.570	2.595	3.570	2.595

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 14 dias (15 dias em 31 de dezembro de 2015), na controladora e consolidado. Foram cedidas contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R\$109.445 em 31 de dezembro de 2016 (R\$109.588 em 31 de dezembro de 2015), representadas por recebíveis de cartões de crédito.

(a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R\$ 1.587.544 (R\$1.417.827 em dezembro de 2015), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105,0% a 109,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de "Despesas financeiras". A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, liquida as contas a receber relativas a esses créditos, sendo os respectivos encargos financeiros registrados ao resultado do exercício no momento da liquidação.

(b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

8. Contas a receber--Continuação

(c) Estas vendas são intermediadas pela Companhia para a Luizaseg e Cardif. A Companhia destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade no mês subsequente à venda, como demonstrado na nota 10 e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação.

(d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	(46.640)	(49.511)	(46.640)	(49.511)
(+) Adições	(43.200)	(72.265)	(43.287)	(72.265)
(-) Baixas	60.305	75.136	60.392	75.136
Saldo no final do exercício	(29.535)	(46.640)	(29.535)	(46.640)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valores a vencer:								
Até 30 dias	76.846	81.197	77.492	83.487	56.032	29.395	58.006	30.325
Entre 31 e 60 dias	45.242	54.729	45.407	55.689	88.776	64.818	88.776	64.818
Entre 61 e 90 dias	26.308	44.619	27.117	45.096	11.740	30.609	11.740	30.609
Entre 91 e 180 dias	51.629	86.177	52.910	86.235	9.173	181	9.173	181
Entre 181 e 360 dias	233.649	67.184	234.507	67.184	3	18	3	18
Acima de 361 dias	7.424	4.319	7.424	4.319	-	-	-	-
	441.098	338.225	444.857	342.010	165.724	125.021	167.698	125.951
Valores vencidos:								
Até 30 dias	5.979	7.223	5.979	7.223	3.138	714	3.138	714
Entre 31 e 60 dias	4.814	6.192	4.814	6.192	509	68	509	68
Entre 61 e 90 dias	2.650	5.991	2.650	5.991	29	310	29	310
Entre 91 e 180 dias	7.761	15.973	7.761	15.973	610	861	610	861
	21.204	35.379	21.204	35.379	4.286	1.953	4.286	1.953
Total	462.302	373.604	466.061	377.389	170.010	126.974	171.984	127.904

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

9. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e registrado na conta provisão para realização dos estoques.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercadorias para revenda	1.616.710	1.362.818	1.626.787	1.372.169
Material para consumo	11.483	11.314	11.483	11.314
Provisões para perdas nos estoques	(40.894)	(30.391)	(41.527)	(30.391)
Total	1.587.299	1.343.741	1.596.743	1.353.092

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui estoques de mercadorias rotativos dados em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$2.353 (R\$2.353 em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques inclui também a provisão para realização dos estoques e de ajuste ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(30.391)	(20.828)	(30.391)	(20.828)
Constituição da provisão	(55.289)	(64.807)	(55.922)	(64.807)
Estoques baixados ou vendidos	44.786	55.244	44.786	55.244
Saldo final	(40.894)	(30.391)	(41.527)	(30.391)

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas

a) Saldos de partes relacionadas

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Comissões por serviços prestados				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	10.843	14.742	10.843	14.742
Luizaseg (ii)	28.722	34.233	28.722	34.233
	39.565	48.975	39.565	48.975
Controladas:				
Luiza Administradora de Consórcios ("LAC") (iii)	828	757	-	-
Gastos com contemplações de consórcios				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	146	249	146	249
Dividendos a receber:				
Luizacred (i)	-	1.235	-	1.235
Luizaseg (ii)	2.830	3.317	2.830	3.317
Luiza Administradora de Consórcios ("LAC") (iii)	1.447	1.231	-	-
	4.277	5.783	2.830	4.552
Saldo a receber pela venda por cartões de crédito e contas a receber por CDC:				
Luizacred - CDC (i)	2.834	3.492	2.834	3.492
Luizacred - Cartão de crédito (i)	18.646	13.884	18.646	13.884
	21.480	17.376	21.480	17.376
Outras contas a receber:				
Luizacred (i)	-	15.000	-	15.000
Total	66.296	88.140	64.021	86.152
Títulos e valores mobiliários				
Fundos de Investimentos (vii)	795.180	410.030	795.180	410.030

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos de partes relacionadas--Continuação

Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Repasse de recebimentos de serviços e contas a pagar:				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	27.853	22.374	27.853	22.374
Luizaseg (ii)	38.605	43.432	38.605	43.432
	66.458	65.806	66.458	65.806
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	1.087	806	1.087	806
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (viii)	-	383	-	-
	1.087	1.189	1.087	806
Aluguéis a pagar e outros repasses Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (iv)	1.979	1.752	1.981	1.752
PJD Agropastoril Ltda. (vi)	43	40	73	40
	2.022	1.792	2.054	1.792
Saldos de campanhas publicitárias a pagar:				
ETCO - Sociedade em Conta de Participação (v)	3.356	-	3.356	-
Total	72.923	68.787	72.955	68.404
Resultado	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de comissões por intermediação de serviços Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	118.979	130.820	118.979	130.820
Luizaseg (ii)	240.112	289.314	240.112	289.314
	359.091	420.134	359.091	420.134
Controladas:				
Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)	9.966	8.525	-	-
Receita de rendimento fundo exclusivo: Fundos de Investimentos (vii)	37.587	27.639	37.587	27.639
Reembolso de despesas compartilhadas Controlada em conjunto:				
Luizacred (i)	50.630	66.837	50.630	66.837
Total de receitas	457.274	523.135	447.308	514.610

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos de partes relacionadas--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos com aquisição de mercadorias				
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (viii)	(3.752)	(6.608)	-	-
Total de custos	(3.752)	(6.608)	-	-
Despesas com aluguéis de prédios comerciais				
Controlada por acionistas controladores da				
Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações				
S.A. (iv)	(20.056)	(16.210)	(20.080)	(16.210)
PJD Agropastoril Ltda. (vi)	(490)	(445)	(849)	(445)
	(20.546)	(16.655)	(20.929)	(16.655)
Despesas com frete				
PJD Agropastoril Ltda. (vi)	(2.177)	(2.333)	(2.177)	(2.333)
Despesas com encargos de antecipação de cartões				
de crédito:				
Luizacred (i)	(153.244)	(108.056)	(153.244)	(108.056)
Despesas com campanhas publicitárias				
Controlada por acionistas controladores da				
Companhia:				
ETCO - Sociedade em Conta de Participação (v)	(158.961)	(269.375)	(158.961)	(269.375)
	(334.928)	(396.419)	(335.311)	(396.419)

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- (a) Despesas financeiras com antecipação de recebíveis de tais cartões;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Companhia no dia subsequente ("D+1");
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred em D+1;
 - (d) Saldo a receber referente à proposta de dividendos da Luizacred.
- (ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos de partes relacionadas--Continuação

- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se a dividendos propostos e às comissões e às operações de vendas efetuadas pela Companhia como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Companhia nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- (v) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (vi) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas e aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- (vii) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 7 - Títulos e valores mobiliários).
- (viii) As transações com a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda., controlada integral, referem-se à venda de produtos para revenda pela Controladora.

b) Remuneração da Administração

	2016		2015	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	2.913	9.364	419	8.787
Plano de opção de ações	2.454	863	386	2.930

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores estão sendo provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas, sendo esse o substancial motivo para a variação dos períodos demonstrados. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 18 de abril de 2016, a remuneração global dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em que é previsto o limite máximo de remuneração global para os administradores de R\$15.598.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recuperar (a)	406.068	450.115	406.068	450.115
IRPJ e CSLL a recuperar	1.160	2.461	1.380	2.463
IRRF a recuperar	21.388	23.853	21.405	23.878
PIS e COFINS a recuperar	4.163	32.859	5.420	33.701
Outros	1.482	1.482	1.482	1.482
	434.261	510.770	435.755	511.639
Ativo circulante	210.657	333.475	212.151	334.344
Ativo não circulante	223.604	177.295	223.604	177.295

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadorias interestaduais. Os referidos créditos serão realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto diferido--Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	74.078	(150.696)	77.096	(147.129)
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(25.187)	51.237	(26.213)	50.024
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Efeito de subvenção governamental ⁽¹⁾	20.588	5.844	20.588	5.844
Exclusão - equivalência patrimonial	24.910	30.242	21.319	25.706
Outras exclusões permanentes, líquidas.	(7.824)	(2.232)	(6.225)	(50)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	12.487	85.091	9.469	81.524
Corrente	-	-	(3.194)	(3.301)
Diferido	12.487	85.091	12.663	84.825
Total	12.487	85.091	9.469	81.524
Taxa efetiva	16,9%	56,5%	12,3%	55,4%

(1) A Companhia possui subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas. Até o encerramento do exercício de 2016, a Companhia cumpria com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto diferido--Continuação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 01/01/2015	Reconhecido no resultado	Compensação de Prejuízo Fiscal com PRORELIT (1)	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	54.853	93.756	(1.925)	146.684	795	147.479
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.834	(977)	-	15.857	(5.815)	10.042
Provisão para perda nos estoques	7.081	3.252	-	10.333	3.571	13.904
Provisão para ajustes a valor presente	8.793	(1.599)	-	7.194	(1.304)	5.890
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	80.099	(1.896)	-	78.203	15.315	93.518
Variações cambiais	-	-	-	-	14.895	14.895
Outras provisões	5.324	(503)	-	4.821	(268)	4.553
	172.984	92.033	(1.925)	263.092	27.189	290.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:						
Amortização de intangível	(27.548)	(6.942)	-	(34.490)	(6.298)	(40.788)
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	-	(6.203)	(6.203)
Outros	-	-	-	-	(2.201)	(2.201)
	(27.548)	(6.942)	-	(34.490)	(14.702)	(49.192)
	145.436	85.091	(1.925)	228.602	12.487	241.089

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto diferido--Continuação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Consolidado	Saldo em 01/01/2015	Reconhecido no resultado	Compensação de Prejuízo Fiscal com PRORELIT (1)	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	55.657	93.438	(1.925)	147.170	737	147.907
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.834	(977)	-	15.857	(5.815)	10.042
Provisão para perda em estoques	7.141	3.252	-	10.393	3.727	14.120
Provisão para ajuste a valor presente	8.793	(1.599)	-	7.194	(1.281)	5.913
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	80.246	(1.844)	-	78.402	15.320	93.722
Variações cambiais	-	-	-	-	14.895	14.895
Outras provisões	5.324	(503)	-	4.821	(218)	4.603
	173.995	91.767	(1.925)	263.837	27.365	291.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:						
Amortização de intangível	(27.548)	(6.942)	-	(34.490)	(6.298)	(40.788)
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	-	(6.203)	(6.203)
Outros	-	-	-	-	(2.201)	(2.201)
	(27.548)	(6.942)	-	(34.490)	(14.702)	(49.192)
	146.447	84.825	(1.925)	229.347	12.663	242.010

(1) Compensação de prejuízo fiscal, referente à adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT), conforme a Lei nº 13.202/15.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto diferido--Continuação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ano de realização		
2017	57.812	57.885
2018	34.490	34.490
2019	41.077	41.293
2020	46.466	46.466
2021 em diante	61.244	61.876
	<u>241.089</u>	<u>242.010</u>

13. Investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	<u>Época</u>		<u>LAC</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quotas possuídas	12.855	4.155	6.500	6.500
Ativos circulantes	19.235	16.083	34.572	27.344
Ativos não circulantes	6.803	6.618	3.967	3.368
Passivos circulantes	11.469	9.012	11.288	8.530
Passivos não circulantes	8.473	13.062	3.152	2.731
Capital social	12.255	11.255	6.500	6.500
Patrimônio líquido	6.096	627	24.099	19.451
Receitas líquidas	60.177	45.674	53.530	47.234
Lucro líquido do exercício	4.469	8.160	6.095	5.183
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Movimentação dos investimentos</u>				
Saldos no início do exercício	37.454	29.294	19.451	15.499
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital "AFAC"	1.000	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(1.447)	(1.231)
Resultado de equivalência patrimonial	4.469	8.160	6.095	5.183
Saldos no fim do exercício	<u>42.923</u>	<u>37.454</u>	<u>24.099</u>	<u>19.451</u>

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

13. Investimentos em controladas--Continuação

Total de investimentos em controladas

	2016	2015
Época Cosméticos	6.096	627
Época Cosméticos - ágio	36.827	36.827
Grupo de consórcio ("LAC")	24.099	19.451
	<u>67.022</u>	<u>56.905</u>

14. Investimentos em controladas em conjunto

	<u>Luizacred (a)</u>		<u>Luizaseg (b)</u>	
	2016	2015	2016	2015
Ações totais - em milhares	978	978	133.883	133.883
Percentual de participação direta	50%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	4.006.492	3.845.850	142.886	188.934
Ativos não circulantes	441.504	484.162	320.370	272.202
Passivos circulantes	3.769.476	3.660.700	177.788	178.714
Passivos não circulantes	127.566	106.052	75.650	77.632
Capital social	274.624	274.624	133.884	133.884
Patrimônio líquido	550.954	563.260	209.818	204.790
Receitas líquidas	1.669.580	1.834.284	364.902	383.592
Lucro líquido do exercício	101.572	123.278	23.832	27.932
	<u>Luizacred (a)</u>		<u>Luizaseg (b)</u>	
	2016	2015	2016	2015
<u>Movimentação dos investimentos</u>			(reapresentado)	(reapresentado)
Saldos no início do exercício	281.630	280.566	15.839	(47.518)
Aumento de Capital	-	-	-	60.000
Dividendos propostos	(56.939)	(60.575)	(12.232)	(10.243)
Outros resultados abrangentes	-	-	2.830	(366)
Resultado de equivalência patrimonial	50.786	61.639	11.916	13.966
Saldos no fim do exercício	<u>275.477</u>	<u>281.630</u>	<u>18.353</u>	<u>15.839</u>

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2016	2015
	(reapresentado)	(reapresentado)
Luizacred (a)	275.477	281.630
Luizaseg (b)	18.353	15.839
	<u>293.830</u>	<u>297.469</u>

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

14. Investimentos em controladas em conjunto--Continuação

Total de investimentos em controladas em conjunto--Continuação

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Companhia.
- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Companhia.

15. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na Nota 4.c.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é como segue:

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

15. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	94.128	12.500	(15.173)	(806)	390	91.039
Máquinas e equipamentos	64.057	5.868	(4.584)	(377)	(203)	64.761
Veículos	17.349	444	(3.968)	(29)	-	13.796
Computadores e periféricos	34.489	12.902	(12.962)	(110)	1.380	35.699
Benfeitorias	322.730	-	(54.347)	(946)	63.567	331.004
Obras em andamento	35.770	40.851	-	(159)	(64.631)	11.831
Outros	9.288	4.497	(1.890)	(202)	(503)	11.190
	577.811	77.062	(92.924)	(2.629)	-	559.320

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Móveis e utensílios	93.689	15.410	(15.068)	(659)	756	94.128
Máquinas e equipamentos	58.704	10.799	(4.087)	(282)	(1.077)	64.057
Veículos	24.870	826	(8.202)	(100)	(45)	17.349
Computadores e periféricos	35.987	13.500	(15.411)	(117)	530	34.489
Benfeitorias	288.951	-	(40.246)	-	74.025	322.730
Obras em andamento	56.929	52.850	-	(89)	(73.920)	35.770
Outros	6.228	4.874	(1.429)	(116)	(269)	9.288
	565.358	98.259	(84.443)	(1.363)	-	577.811

	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	179.215	(88.176)	91.039	169.399	(75.271)	94.128
Máquinas e equipamentos	95.023	(30.262)	64.761	89.904	(25.847)	64.057
Veículos	43.344	(29.548)	13.796	43.102	(25.753)	17.349
Computadores e periféricos	158.887	(123.188)	35.699	148.058	(113.569)	34.489
Benfeitorias	630.649	(299.645)	331.004	569.418	(246.688)	322.730
Obras em andamento	11.831	-	11.831	35.770	-	35.770
Outros	22.722	(11.532)	11.190	19.061	(9.773)	9.288
	1.141.671	(582.351)	559.320	1.074.712	(496.901)	577.811

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

15. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2015	Adições (1)	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	94.128	12.500	(15.173)	(806)	390	91.039
Máquinas e equipamentos	64.057	5.868	(4.584)	(377)	(203)	64.761
Veículos	17.349	444	(3.968)	(29)	-	13.796
Computadores e periféricos	34.489	12.902	(12.962)	(110)	1.380	35.699
Benfeitorias	322.730	-	(54.347)	(946)	63.567	331.004
Obras em andamento	35.770	40.851	-	(159)	(64.631)	11.831
Outros	10.048	4.737	(2.143)	(202)	(503)	11.937
	578.571	77.302	(93.177)	(2.629)	-	560.067

	Saldo em 01/01/2015	Adições (1)	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Móveis e utensílios	93.689	15.410	(15.068)	(659)	756	94.128
Máquinas e equipamentos	58.704	10.799	(4.087)	(282)	(1.077)	64.057
Veículos	24.870	826	(8.202)	(100)	(45)	17.349
Computadores e periféricos	35.987	13.500	(15.411)	(117)	530	34.489
Benfeitorias	288.951	-	(40.246)	-	74.025	322.730
Obras em andamento	56.929	52.850	-	(89)	(73.920)	35.770
Outros	7.063	5.087	(1.669)	(164)	(269)	10.048
	566.193	98.472	(84.683)	(1.411)	-	578.571

	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	179.215	(88.176)	91.039	169.399	(75.271)	94.128
Máquinas e equipamentos	95.023	(30.262)	64.761	89.904	(25.847)	64.057
Veículos	43.344	(29.548)	13.796	43.102	(25.753)	17.349
Computadores e periféricos	158.887	(123.188)	35.699	148.058	(113.569)	34.489
Benfeitorias	630.649	(299.645)	331.004	569.418	(246.688)	322.730
Obras em andamento	11.831	-	11.831	35.770	-	35.770
Outros	25.218	(13.281)	11.937	21.317	(11.269)	10.048
	1.144.167	(584.100)	560.067	1.076.968	(498.397)	578.571

(1) Os investimentos em modernização e adequação das instalações de lojas foram substancialmente financiados pela Caixa Econômica Federal, conforme pode ser verificado em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 18.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou R\$2.979 (R\$6.549 em 31 de dezembro de 2015), referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

15. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

c) *Taxas de depreciação*

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	9,1%	7,1%

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$170.586 (R\$130.064 em 31 de dezembro de 2015). O Grupo não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) *Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"*

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

16. Intangível

Política contábil

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento".

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

16. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

As políticas contábeis relacionadas à redução ao valor recuperável de intangíveis estão descritas nas notas explicativas 3.4 (ágio) e 4-c. (demais intangíveis).

A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ágio na aquisição de novas redes	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	33.805	45	(5.581)	(227)	5.261	33.303
Software e desenvolvimento interno	83.266	472	(34.392)	(26)	70.560	119.880
Projetos em andamento	32.637	45.780	-	(29)	(75.821)	2.567
Marcas e patentes	58	-	(44)	-	-	14
Outros	104	-	-	-	-	104
	463.726	46.297	(40.017)	(282)	-	469.724

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ágio na aquisição de novas redes	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	37.295	-	(14.609)	(9)	11.128	33.805
Software e desenvolvimento interno	62.020	11.264	(26.237)	(8)	36.227	83.266
Projetos em andamento	32.703	47.321	-	(32)	(47.355)	32.637
Marcas e patentes	102	-	(44)	-	-	58
Outros	104	-	-	-	-	104
	446.080	58.585	(40.890)	(49)	-	463.726

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

16. Intangível--Continuação

a) Controladora--Continuação

	2016			2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de novas redes	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Fundo de comércio	142.735	(109.432)	33.303	137.904	(104.099)	33.805
Software e desenvolvimento interno	262.123	(142.243)	119.880	187.923	(104.657)	83.266
Projetos em andamento	2.567	-	2.567	32.637	-	32.637
Marcas e patentes	211	(197)	14	212	(154)	58
Outros	9.596	(9.492)	104	9.596	(9.492)	104
	742.683	(272.959)	469.724	693.723	(229.997)	463.726

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ágio na aquisição de novas redes	350.683	-	-	-	-	350.683
Fundo de comércio	35.544	45	(5.581)	(227)	5.261	35.042
Software e desenvolvimento interno	84.307	1.221	(34.810)	(26)	70.560	121.252
Projetos em andamento	32.637	45.780	-	(29)	(75.821)	2.567
Marcas e patentes	3.445	-	(44)	-	-	3.401
Outros	104	-	-	-	-	104
	506.720	47.046	(40.435)	(282)	-	513.049

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ágio na aquisição de novas redes	350.683	-	-	-	-	350.683
Fundo de comércio	39.035	-	(14.610)	(9)	11.128	35.544
Software e desenvolvimento interno	62.740	11.812	(26.464)	(8)	36.227	84.307
Projetos em andamento	32.703	47.321	-	(32)	(47.355)	32.637
Marcas e patentes	3.489	-	(44)	-	-	3.445
Outros	103	1	-	-	-	104
	488.753	59.134	(41.118)	(49)	-	506.720

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

16. Intangível--Continuação

b) Consolidado--Continuação

	2016			2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de novas redes	362.278	(11.595)	350.683	362.278	(11.595)	350.683
Fundo de comércio	144.474	(109.432)	35.042	139.643	(104.099)	35.544
Software e desenvolvimento interno	265.071	(143.819)	121.252	190.123	(105.816)	84.307
Projetos em andamento	2.567	-	2.567	32.637	-	32.637
Marcas e patentes	3.598	(197)	3.401	3.599	(154)	3.445
Outros	9.596	(9.492)	104	9.596	(9.492)	104
	787.584	(274.535)	513.049	737.876	(231.156)	506.720

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação compreendem a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual corresponde ao agrupamento de todas as lojas das redes adquiridas, que totalizaram R\$350.683 em 2016 e 2015 e já foram incorporadas.

O valor em uso de cada UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	<u>Taxa (a.a)</u>
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	19,7% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 10 primeiros anos	3,8%
Perpetuidade	3,5%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

16. Intangível--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis--Continuação

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as regiões geográficas onde se encontra cada UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercadorias para revenda - mercado interno	2.375.873	1.907.626	2.383.961	1.915.222
Outros fornecedores	21.764	15.092	25.380	16.683
Ajuste a valor presente	(44.164)	(37.467)	(44.382)	(37.748)
Total de fornecedores	2.353.473	1.885.251	2.364.959	1.894.157

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite do Magazine Luiza, somava R\$505.114 (R\$452.092 em 31 de dezembro de 2015).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

18. Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				2016	2015	2016	2015
Capital de giro em moeda estrangeira (a)	1,43%a.a a 6,41% a.a + Var. cambial	N/A	Mar/18	333.503	590.491	333.503	590.491
Capital de giro em moeda nacional	110,7% a 125,32% do CDI	Avais	Dez/19	362.558	163.606	362.696	163.866
Arrendamento Mercantis Financeiros (b)	CDI	Alienação fiduciária	Dez/19	17.676	30.264	17.676	30.264
Debêntures - oferta restrita (e)	108,8% a 125,9% do CDI	Recebíveis de Cartão de Crédito	Mar/20	1.069.633	1.016.166	1.069.633	1.016.166
Financiamento de Inovação - FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	44.429	22.523	44.429	22.523
BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	4.404	-	4.404	-
				1.832.203	1.823.050	1.832.341	1.823.310
Outros passivos financeiros							
<i>Swap a pagar - hedge de valor justo (a)</i>							
				16.435	-	16.435	-
Total de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros							
				1.848.638	1.823.050	1.848.776	1.823.310
Passivo circulante							
				837.878	568.220	838.016	568.350
Passivo não circulante							
				1.010.760	1.254.830	1.010.760	1.254.960

- (a) Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de "swap". A Companhia pratica para tais operações a contabilidade de *cobertura (hedge accounting)*. Mais detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 28.
- (b) Refere-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA), no montante de R\$68.103. Até 31 de dezembro de 2016 foi liberada a primeira parcela no valor total de R\$4.383.
- (e) A Companhia realizou as seguintes emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações:

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

18. Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros--Continuação

Empréstimos e financiamentos--Continuação

Emissões	Garantia	Principal R\$	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
							2016	2015
1ª emissão-série única	Clean	200.000	26/12/2011	16/06/2017	200	113,0% do CDI	149.383	149.175
3ª emissão-série única	Clean (ii)	200.000	21/10/2013	21/07/2018	20.000	125,9% do CDI	55.439	102.090
4ª emissão-série única	Clean	400.000	30/05/2014	30/05/2019	40.000	112,0% do CDI	402.451	402.262
5ª emissão-série única	(i)	350.000	17/03/2015	17/03/2020	35.000	113,2% do DI	362.492	362.639
6ª emissão-série única	Clean	100.000	20/06/2016	20/06/2018	10.000	125,2% do DI	99.868	-
							1.069.633	1.016.166

- (i) A 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações possui garantia de recebíveis de cartão de crédito, onde até o vencimento das debêntures, deverá representar 30% do saldo devedor da emissão. Vide nota explicativa nº8.
- (ii) No dia 30 de junho de 2016 a Companhia fez a aquisição facultativa da totalidade das Debêntures da 3ª Emissão pelo valor de mercado desse papel (108,8% do CDI). Em 13 de julho de 2016 a Companhia alterou os termos da 3ª emissão com o objetivo de alongamento do perfil de endividamento e, após alteração, vendeu os títulos.

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela do não circulante dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimentos	Controladora			Consolidado		
	Dívida considerando o "Hedge accounting"	"Hedge de valor justo" Nota 7 e 18	Dívida desconsi- derando "Hedge accounting"	Dívida considerando o "Hedge accounting"	"Hedge de valor justo" Nota 7 e 18	Dívida desconsi- derando "Hedge accounting"
2017	821.688	2.455	824.143	821.826	2.455	824.281
2018	667.401	74	667.475	667.401	74	667.475
2019	269.495	-	269.495	269.495	-	269.495
2020	57.804	-	57.804	57.804	-	57.804
2021	7.907	-	7.907	7.907	-	7.907
2022 em diante	7.908	-	7.908	7.908	-	7.908
Total	1.832.203	2.529	1.834.732	1.832.341	2.529	1.834.870

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

18. Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros--Continuação

Cronograma dos vencimentos--Continuação

A Companhia mantém alguns contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“*covenants*”). As cláusulas ligadas a índices financeiros referem-se a:

- (i) Caixa Econômica Federal: manutenção da relação “Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado” inferior a 3,0 vezes.
- (ii) 5ª e 6ª Emissão de Debêntures: manutenção da relação “Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado” não superior a 3,0 vezes.
- (iii) Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas (“*covenants*”) descritas acima.

19. Receita diferida

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Receita diferida com terceiros:		
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	166.121	176.458
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	134.000	146.500
Outros contratos	2.323	4.234
	302.444	327.192
Receita diferida com partes relacionadas:		
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	144.029	155.117
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (a)	103.000	110.000
	247.029	265.117
Total de receitas diferidas	549.473	592.309
Passivo circulante	40.318	41.399
Passivo não circulante	509.155	550.910

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

19. Receita diferida--Continuação

- (a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardiff e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.
- (b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação" junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$250.000, sendo: (i) R\$230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd ("Lojas do Baú"). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Política contábil

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda. Vide Nota 4.g.

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	206.211	17.122	22.892	246.225
Adições	22.821	7.857	13.245	43.923
Reversão	(60.930)	-	-	(60.930)
Pagamentos	(501)	(9.629)	(5.225)	(15.355)
Atualizações	16.147	-	-	16.147
Saldos em 31 de dezembro de 2015	183.748	15.350	30.912	230.010
Adições	17.070	10.031	17.087	44.188
Reversão	(500)	-	(477)	(977)
Pagamentos	-	(8.276)	(9.629)	(17.905)
Atualizações	19.738	-	-	19.738
Saldos em 31 de dezembro de 2016	220.056	17.105	37.893	275.054

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	223.113	17.329	25.249	265.691
Adições	22.821	7.959	13.315	44.095
Reversão	(66.555)	(8)	(599)	(67.162)
Pagamentos	(501)	(9.633)	(5.225)	(15.359)
Atualizações	16.147	-	-	16.147
Saldos em 31 de dezembro de 2015	195.025	15.647	32.740	243.412
Adições	17.070	10.523	17.343	44.936
Reversão	(4.232)	(57)	(1.274)	(5.563)
Pagamentos	-	(8.716)	(9.681)	(18.397)
Atualizações	19.738	-	-	19.738
Saldos em 31 de dezembro de 2016	227.601	17.397	39.128	284.126

Em 31 de dezembro de 2016, a natureza das principais causas da Controladora, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto, estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 perfaz R\$14.669 (R\$8.950 em 31 de dezembro de 2015), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 perfaz R\$30.273 (R\$25.262 em 31 de dezembro de 2015) e tributos municipais no montante de R\$60 (R\$60 m 31 de dezembro de 2015).

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Processos tributários--Continuação

A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas redes adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 perfaz R\$175.054 (R\$149.580 em 31 de dezembro de 2015), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 perfaz R\$7.545 (R\$11.173 em 31 de dezembro de 2015) e os tributos municipais não apresentaram provisões desse gênero nesse exercício.

b) Processos cíveis

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$17.397 em 31 de dezembro de 2016 (R\$15.647 em 31 de dezembro de 2015), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Processos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$39.128 em 31 de dezembro de 2016 (R\$32.740 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Em agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) proferiu decisão onde, resumidamente, alterou o entendimento sobre o índice de atualização monetária das ações trabalhistas, deixando os passivos trabalhistas relativos a processos em aberto desde 30 de junho de 2009 de serem atualizados pela TR (Taxa Referencial), para serem atualizados pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial). Esta decisão, no entanto, foi suspensa em outubro de 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus advogados de que a obrigação de liquidar referidos passivos atualizados pelo IPCA-E não é definitiva e que, portanto, configura-se referida obrigação num passivo contingente com probabilidade de perda possível, decidiu não registrar o impacto da atualização pelo IPCA-E - estimado em R\$3.882, e manter a TR como índice de atualização dos passivos trabalhistas. A Companhia acompanhará o desdobramento dessa questão de forma a reavaliar sua conclusão a cada fechamento.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

c) Processos trabalhistas--Continuação

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui saldo consolidado em depósitos judiciais no montante de R\$292.189 em 31 de dezembro de 2016 (R\$248.450 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 603.615 (R\$ 320.062 em 31 de dezembro de 2015), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$186.278 (R\$168.142 em 31 de dezembro de 2015) e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$821 (R\$690 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. A Companhia obteve decisão judicial favorável em sede de Tutela Antecipada, sobre o assunto; (iii) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual suposto crédito indevido de ICMS por ausência de 1ª via de Nota Fiscal; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota RAT; (vi) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

c) Processos trabalhistas--Continuação

Por haver incertezas com relação à saída de recursos para tais provisões, a Administração entende que não é possível determinar com razoabilidade o cronograma de liquidação.

Processos de naturezas ativas

A Companhia situa-se como autora (no pólo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Os valores estimados para esses processos totalizam o valor de aproximadamente R\$648.802 em 31 de dezembro de 2016 (R\$607.786 em 31 de dezembro de 2015), e não foram registrados contabilmente no resultado e no ativo.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	15.947.270	73,75
Ações em circulação	5.326.663	24,63
Ações em tesouraria	350.000	1,62
Total	21.623.933	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

Segundo artigo 7º do estatuto social, a Companhia poderá aumentar o capital social, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de até 6.250.000 (seis milhões, duzentos e cinquenta mil) de novas ações ordinárias.

Em 25 de maio de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou:

- (i) O encerramento do Programa de Recompra de Ações criado pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de maio de 2015 ("Programa");

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

- (ii) O cancelamento da totalidade as ações mantidas em tesouraria, ou seja, 625.000 ações, sem redução do capital social;
- (iii) A criação de um novo programa de recompra de ações de sua própria emissão. Desse novo programa, a Companhia já adquiriu 350.000 ações, com custo médio de R\$82,08.

b) Plano de opção de compra de ações

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

Para este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo. Na primeira outorga do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 2.250.000 opções de compra de ações (281.250 opções após grupamento) pelo preço de exercício a R\$10,32 (R\$82,56 após grupamento) - “Plano 1” e 1.274.732 opções de compra de ações (159.342 opções após grupamento) pelo preço de exercício a R\$13,60 (R\$108,80 após grupamento) - “Plano 2”.

Ambos os tipos dos planos vigorarão pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia, entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir. Para o Plano 1, 20% das opções poderiam ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% das opções poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Para o Plano 2, 20% das opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações--Continuação

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 1.213.476 opções (151.685 opções após grupamento) e foi fixado o preço de exercício em R\$9,45 (R\$75,60 após grupamento). Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, porém deverá ser observado o prazo de carência a seguir: 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro 2015; 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2016 e 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2017.

Valor justo

Até 31 de dezembro de 2016, nenhuma opção de compra de ações, da primeira e segunda outorga, foi exercida. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R\$6,65	R\$6,06
Média ponderada do valor justo das opções concedidas após grupamento	R\$53,20	R\$48,48

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.

Os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício, considerando o valor justo das opções de compra de ações, resultando em uma despesa no montante de R\$4.663 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.664 em 31 de dezembro de 2015). A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício (MPPE):

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido--Continuação

b) Plano de opção de compra de ações--Continuação

Valor justo--Continuação

	Antes grupamento		Após grupamento	
	Quantidade	MPPE	Quantidade	MPPE
Em circulação em 1º de janeiro de 2015	4.354.120	10,88	544.265	87,02
Com direito prescrito no exercício	(73.193)	11,83	(9.149)	94,63
Em circulação em 31 de dezembro de 2015	4.280.927	10,86	535.116	86,89
Com direito prescrito no exercício	(2.569.306)	10,30	(321.163)	82,42
Em circulação em 31 de dezembro de 2016	1.711.621	11,70	213.953	93,60

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ações restantes em 31 de dezembro de 2016 era de 5,67 anos (5,45 anos em 31 de dezembro de 2015). O valor justo médio ponderado das opções remanescentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era de R\$6,27 (R\$ 50,13 após grupamento).

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$20.471 (R\$ 16.143 em 31 de dezembro de 2015).

d) Dividendos

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou o valor de R\$12.335, referente ao dividendo mínimo obrigatório.

e) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros R\$ 3.107.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido--Continuação

f) Lucro/prejuízo por ação

O único instrumento financeiro que a Companhia possui que pode diluir o lucro/prejuízo é plano de opção de compra de ações. Em 31 de dezembro de 2016 não tiveram seus efeitos dilutivos considerados no cálculo do lucro diluído por ação, pelo fato de não ter ocorrido exercício do plano de opção de compra de ações.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) dos exercícios atribuível aos proprietários da Companhia	86.565	(65.605)
Média ponderada das ações ordinárias	21.740	22.290
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	3,98	(2,94)

22. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Re vendas de produtos - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e a sua titularidade legal é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos revendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia ou ao Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Receita de prestações de serviços: é apurada pela intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia e é reconhecida quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado são transferidos para a Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

22. Receita líquida de vendas--Continuação

Política contábil--Continuação

Administração de consórcios: na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	10.763.497	9.916.571	10.828.782	9.958.361
Varejo - prestações de serviços	457.179	469.261	484.800	488.375
Administração de consórcio	-	-	58.062	51.578
	11.220.676	10.385.832	11.371.644	10.498.314
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	(1.788.583)	(1.450.198)	(1.797.443)	(1.452.922)
Varejo - prestações de serviços	(60.924)	(62.789)	(60.924)	(62.789)
Administração de consórcio	-	-	(4.532)	(4.344)
	(1.849.507)	(1.512.987)	(1.862.899)	(1.520.055)
Receita líquida de vendas	9.371.169	8.872.845	9.508.745	8.978.259

23. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos:				
Das mercadorias revendidas	(6.538.942)	(6.369.372)	(6.562.328)	(6.381.571)
Das prestações de serviços	-	-	(23.802)	(18.059)
	(6.538.942)	(6.369.372)	(6.586.130)	(6.399.630)

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

24. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com pessoal (a)	(1.111.997)	(979.084)	(1.130.088)	(982.829)
Despesas com prestadores de serviços	(511.050)	(637.860)	(531.083)	(646.589)
Outras	(581.386)	(510.473)	(583.515)	(529.627)
Total	(2.204.433)	(2.127.417)	(2.244.686)	(2.159.045)

(a) O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, além de Plano de Opção de Compra de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2016 foi de R\$116.326 para a controladora (R\$125.188 em 2015) e R\$117.732 para o consolidado (R\$126.883 em 2015). Adicionalmente, o Grupo oferece plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2016 e 2015, respectivamente, as contribuições montaram em R\$397 e R\$450. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(1.761.438)	(1.711.504)	(1.776.258)	(1.720.799)
Despesas gerais e administrativas	(452.735)	(431.100)	(481.933)	(458.479)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25)	9.740	15.187	13.505	20.233
Total	(2.204.433)	(2.127.417)	(2.244.686)	(2.159.045)

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Perda na venda de ativo imobilizado	(476)	(710)	(476)	(710)
Apropriação da receita diferida (a)	40.646	47.749	40.646	47.749
Provisão para perdas tributárias	(4.761)	(5.845)	(1.043)	(838)
Despesas não recorrentes (b)	(27.164)	(27.886)	(27.164)	(27.886)
Outros	1.495	1.879	1.542	1.918
Total	9.740	15.187	13.505	20.233

(a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19.

(b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas e despesas com perda de desoneração de tributos.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	41.232	54.878	41.232	54.878
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	47.456	37.692	13.405	12.617
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	4.366	5.724	4.366	5.724
Variação cambial ativa	-	95	-	95
Descontos obtidos e atualizações monetárias	56.105	45.656	56.105	45.669
Outros	1.547	11.314	1.547	11.314
	150.706	155.359	116.655	130.297
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(272.733)	(262.762)	(272.777)	(262.803)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(308.291)	(274.509)	(309.663)	(275.331)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(17.213)	(41.803)	(17.213)	(41.803)
Variação cambial passiva	-	(1.073)	-	(1.073)
Outros	(20.523)	(35.117)	(20.851)	(35.342)
	(618.760)	(615.264)	(620.504)	(616.352)
Resultado financeiro líquido	(468.054)	(459.905)	(503.849)	(486.055)

27. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

27. Informação por segmento de negócios--Continuação

Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Demonstrações do resultado

	2016					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm Consórcios	Eliminações (b)	
Receita bruta	11.323.548	834.790	182.451	58.062	(1.027.207)	11.371.644
Deduções da receita	(1.858.367)	-	-	(4.532)	-	(1.862.899)
Receita líquida do segmento	9.465.181	834.790	182.451	53.530	(1.027.207)	9.508.745
Custos	(6.572.294)	(117.136)	(28.303)	(23.802)	155.405	(6.586.130)
Lucro bruto	2.892.887	717.654	154.148	29.728	(871.802)	2.922.615
Despesas com vendas	(1.776.258)	(303.256)	(123.815)	-	427.071	(1.776.258)
Despesas gerais e administrativas	(458.418)	(3.050)	(24.519)	(23.515)	27.569	(481.933)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(26.074)	(303.189)	-	-	303.189	(26.074)
Depreciação e amortização	(133.248)	(6.025)	(4.738)	(364)	10.763	(133.612)
Equivalência patrimonial	68.797	-	-	-	(6.095)	62.702
Outras receitas operacionais	13.498	(7.935)	176	7	7.759	13.505
Resultado financeiro	(507.107)	-	19.825	3.258	(19.825)	(503.849)
Imposto de renda e contribuição social	12.488	(43.413)	(9.161)	(3.019)	52.574	9.469
Lucro líquido do exercício	86.565	50.786	11.916	6.095	(68.797)	86.565

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial LAC (Nota 13)	6.095
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 14)	50.786
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 14)	11.916
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	68.797
(-) Efeito de eliminação LAC	(6.095)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	62.702

(a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

27. Informação por segmento de negócios--Continuação

Demonstrações do resultado--Continuação

	2015					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm Consórcios	Eliminações (b)	
Receita bruta	10.455.261	917.142	191.796	51.578	(1.117.463)	10.498.314
Deduções da receita	(1.515.711)	-	-	(4.344)	-	(1.520.055)
Receita líquida do segmento	8.939.550	917.142	191.796	47.234	(1.117.463)	8.978.259
Custos	(6.390.096)	(134.730)	(27.975)	(18.059)	171.230	(6.399.630)
Lucro bruto	2.549.454	782.412	163.821	29.175	(946.233)	2.578.629
Despesas com vendas	(1.720.799)	(319.740)	(132.914)	-	452.654	(1.720.799)
Despesas gerais e administrativas	(434.951)	(3.267)	(24.102)	(23.528)	27.369	(458.479)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(30.462)	(371.934)	-	-	371.934	(30.462)
Depreciação e amortização	(125.485)	(6.227)	(3)	(316)	6.230	(125.801)
Equivalência patrimonial	80.788	-	-	-	(5.183)	75.605
Outras receitas operacionais	20.175	(992)	166	58	826	20.233
Resultado financeiro	(488.418)	-	16.754	2.363	(16.754)	(486.055)
Imposto de renda e contribuição social	84.093	(18.613)	(9.756)	(2.569)	28.369	81.524
Lucro líquido do exercício	(65.605)	61.639	13.966	5.183	(80.788)	(65.605)

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial LAC (Nota 13)	5.183
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 14)	13.966
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 14)	61.639
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	80.788
(-) Efeito de eliminação LAC	(5.183)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	75.605

(a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

27. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balancos patrimoniais

	2016			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração consórcios
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	565.327	2.999	107	33.814
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	819.155	6.020	162.017	-
Contas a receber	584.571	2.001.796	-	-
Estoques	1.596.743	-	-	-
Investimentos	317.930	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.072.005	75.944	50.101	1.111
Outros	1.132.712	137.239	19.403	3.614
	6.088.443	2.223.998	231.628	38.539
Passivos				
Fornecedores	2.363.164	-	1.361	1.795
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.848.776	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	900.241	-	-
Operações com cartões de crédito	-	948.340	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	105.036	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	283.527	43.549	709	599
Receita diferida	549.473	20.122	-	-
Outras	421.917	36.269	19.613	12.046
	5.466.857	1.948.521	126.719	14.440
Patrimônio líquido	621.586	275.477	104.909	24.099
Conciliação do investimento				
Investimentos em controladas				
Investimento LAC (Nota 13)	24.099			
Investimentos em controladas em conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 14)	275.477			
Investimento Luizaseg (Nota 14)	18.353			
	293.830			
Total dos investimentos	317.929			
(-) Efeito de eliminação LAC	(24.099)			
(=) Resultado de investimento consolidado	293.830			

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

27. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balancos patrimoniais--Continuação

	2015			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração consórcios
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	591.223	3.810	231	26.242
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	544.351	8.708	148.243	-
Contas a receber	437.820	1.900.907	-	-
Estoques	1.353.092	-	-	-
Investimentos	316.920	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.084.393	81.942	55.005	898
Outros	1.165.675	169.639	27.089	3.572
	<u>5.493.474</u>	<u>2.165.006</u>	<u>230.568</u>	<u>30.712</u>
Passivos				
Fornecedores	1.893.119	-	1.837	1.038
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.823.310	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	971.644	-	-
Operações com cartões de crédito	-	807.641	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	103.763	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	242.942	31.921	428	470
Receita diferida	592.309	21.000	-	-
Outras	366.138	51.170	22.145	9.753
	<u>4.917.818</u>	<u>1.883.376</u>	<u>128.173</u>	<u>11.261</u>
Patrimônio líquido	<u>575.656</u>	<u>281.630</u>	<u>102.395</u>	<u>19.451</u>
<u>Conciliação do investimento</u>				
Investimentos em controladas				
Investimento LAC (Nota 13)	19.451			
Investimentos em controladas em conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 14)	281.630			
Investimento Luizaseg (Nota 14)	15.839			
	<u>297.469</u>			
Total dos investimentos	316.920			
(-) Efeito de eliminação no consolidado	(19.451)			
(=) Resultado de investimento consolidado	<u>297.469</u>			

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A Companhia utiliza também o índice de dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado, o qual, no seu entendimento, representa de forma mais apropriada a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas, líquidas das disponibilidades para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. Por EBITDA ajustado deve-se entender lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, da depreciação e amortização e de eventos operacionais de caráter extraordinário.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	1.848.638	1.823.050	1.848.776	1.823.310
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(562.728)	(590.400)	(599.141)	(617.465)
(-) Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	(819.155)	(544.351)	(819.155)	(544.351)
(-) Cartões de crédito de terceiros	(272.502)	(155.017)	(276.206)	(158.749)
(-) Cartões de crédito de partes relacionadas	(18.646)	(13.884)	(18.646)	(13.884)
Dívida líquida ajustada	175.607	519.398	135.628	488.861
Patrimônio líquido	621.586	575.656	621.586	575.656

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e bancos	73.996	62.503	77.108	63.151
Depósitos judiciais	292.187	248.450	292.189	248.450
Contas a receber	578.904	433.144	584.571	437.820
Partes relacionadas	66.296	88.140	64.021	86.152
A valor justo por meio do resultado:				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.293.981	944.246	1.327.282	970.663
Hedge de valor justo	13.906	128.002	13.906	128.002
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores	2.353.473	1.885.251	2.364.959	1.894.157
Empréstimos e financiamentos	1.498.700	1.232.559	1.498.838	1.232.819
Partes relacionadas	72.923	68.787	72.955	68.404
A valor justo por meio do resultado:				
Empréstimos e financiamentos	333.503	590.491	333.503	590.491
Hedge de valor justo	16.435	-	16.435	-

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensurações de valor justo--Continuação

A mensuração dos ativos e passivos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado		Mensuração do
	2016	2015	2016	2015	valor justo Nível
<u>Ativos financeiros</u>					
A valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	1.293.981	944.246	1.327.282	970.663	Nível 1
Hedge de valor justo	13.906	128.002	13.906	128.002	Nível 2
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	333.503	590.491	333.503	590.491	Nível 2
Hedge de valor justo	16.435	-	16.435	-	Nível 2

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a três anos	Total
Fornecedores	2.364.959	-	-	2.364.959
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	838.016	937.141	73.619	1.848.776
Partes relacionadas	72.955	-	-	72.955

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre riscos

Os negócios do Grupo compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$466.061 (R\$377.389 em 31 de dezembro de 2015). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$4.672 (R\$11.844 em 31 de dezembro de 2015), os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de mercado: decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros: o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre riscos--Continuação

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Nesse cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “*swap*”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), esses instrumentos são classificados como *hedge* de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de *hedging (swap)* quanto do objeto de *hedge* (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre riscos--Continuação

O detalhe dos contratos, que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Hedge de valor justo

Instrumento de hedge				Indexadores médios
Swaps				
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo (a)	
Ativo (ponta ativa)	329.823	3.680	333.503	US\$ + 3,95%
Passivo (ponta passiva)	336.032	-	336.032	108,81% CDI
Total	(6.209)	3.680	(2.529)	

Objeto de hedge				Indexadores médios
Capital de giro em USD				
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo (a)	
Passivo	329.823	3.680	333.503	US\$ + 3,95%

Conciliação

Outros ativos financeiros (Nota 7)

13.906

Outros passivos financeiros (Nota 18)

(16.435)

(=) Valor justo do instrumento financeiro derivativo

(2.529)

(a) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela Bloomberg, que utiliza como base os contratos futuros da BM&FBOVESPA.

Não houve, nos períodos apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros líquidas das receitas financeiras das aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	<u>Taxa provável</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
Juros a incorrer expostos a:				
CDI	12,75%	(41.144)	(51.430)	(61.716)
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos		<u>(27.155)</u>	<u>(33.944)</u>	<u>(40.733)</u>

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "swap", de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo "swap" e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

29. Arrendamentos compromissados

Política contábil

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

29. Arrendamentos compromissados--Continuação

Política contábil--Continuação

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 800 lojas (786 lojas em 2015) e 9 Centros de Distribuição (9 Centros de Distribuição em 2015) alugados. Para estes contratos de aluguel, foram registradas despesas no montante de R\$313.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$287.953 em 31 de dezembro de 2015).

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos cinco anos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	337.166
2018	354.975
2019	370.523
2020	386.620
2021	404.155
Total	<u><u>1.853.439</u></u>

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

29. Arrendamentos compromissados--Continuação

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos	
	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Em até um ano	11.529	16.501
Entre dois e cinco anos	8.321	16.305
Mais de cinco anos	-	862
	19.850	33.668
Menos: resultado financeiro não incorrido	(2.174)	(3.404)
Valor presente dos pagamentos mínimos	17.676	30.264

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir:

Categoria dos ativos	2016	2015
Computadores e periféricos	2.404	4.263
Veículos	2.271	4.285
Software	11.736	16.862
Máquinas e equipamentos	7.471	7.908
Outros	267	316
Total	24.149	33.634

Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	4.278	5.783	2.830	4.552
Dividendos declarados não pagos no exercício	(12.335)	-	(12.335)	-
Outros resultados abrangentes	2.830	(366)	2.830	(366)

Magazine Luiza S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 2016 e 2015, são assim demonstradas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Responsabilidade civil e D&O	42.000	41.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	2.014.174	1.905.145
Veículos	17.285	16.696
	<u>2.073.459</u>	<u>1.962.841</u>